

Aula 9

A expansão europeia na África

*Andrea Marzano
Marcelo Bittencourt*

Meta da aula

Apresentar o processo de expansão europeia na África, tendo em conta as ações dos africanos e a diversidade de relacionamentos que se estabeleceram.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. estabelecer a diversidade do processo de expansão europeia na África;
2. avaliar as transformações ocorridas na historiografia que se dedica ao tema.

INTRODUÇÃO

A utilização da expressão “expansão”, no lugar da forma ainda recorrentemente empregada por muitos autores de “partilha europeia da África”, para dar conta do processo de avanço colonial europeu sobre o continente africano, indica, à partida, um outro olhar sobre esse fenômeno. “Partilha” sugere que os europeus decidiram tudo sozinhos e num determinado momento. Num sentido bem diferente, o termo “expansão” objetiva enfatizar a ideia de um processo que não teve apenas os europeus como protagonistas, mas contou também com a participação decisiva, de diversas formas, dos africanos. Procura reforçar ainda que o referido processo não aconteceu num ato, mas sim que se estendeu das últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século seguinte, com muitas idas e vindas.

É indiscutível que, desde o século XV, houve uma lenta penetração de europeus na África, pautada, sobretudo, no comércio, em particular o de escravos, o que seria decisivo para a configuração das relações entre africanos e europeus. Essa penetração, no entanto, foi muito limitada pelo controle exercido pelas chefias africanas, ficando restrita, quase sempre, às áreas costeiras do continente.

Após o fim do tráfico atlântico de escravos, a África passou a exportar cada vez mais produtos agrícolas e florestais. Em geral, as regiões onde o tráfico de escravos era importante foram as primeiras a aderir ao comércio legítimo, muitas vezes recorrendo às estruturas comerciais existentes. Essas regiões funcionariam como pontas de lança para a expansão colonial europeia do século XIX.

Como vimos na Aula 1, em algumas áreas em que o comércio e o tráfico de escravos propiciaram a presença de europeus desde pelo menos o século XVII, ganhou forma uma elite de africanos de formação ocidental. Pode-se dizer que essa elite foi fruto da precoce presença europeia. Todavia e de forma aparentemente contraditória era resultante também da fragilidade dessa presença, o que abriu espaço para que, através da instrução e da relativa

europeização, ela pudesse se dedicar, não só ao comércio, mas também à administração de tipo colonial que se estabeleceu nesses pequenos territórios sob o controle europeu. Tal processo ocorreu em regiões das atuais Angola, Gâmbia, Gana, Moçambique e Nigéria.

No final do século XIX, em pleno contexto da expansão colonial europeia sobre o continente, esses grupos passaram a ter grande dificuldade para a manutenção de sua condição de elite. Os europeus, que passaram a chegar ao continente em maior número a partir de fins daquele século, tendiam a ocupar os postos mais altos da administração colonial, enquanto o comércio mais lucrativo, de exportação, passou a atrair empresas europeias.

No entanto, esses segmentos eram exíguos, tendo em conta a dimensão territorial e populacional da África. Para além desses pequenos enclaves costeiros, que vivenciaram uma maior interação entre africanos e europeus, tanto a costa quanto o vasto interior do continente eram ocupados por reinos e impérios, bem como inúmeros povos que viviam em pequenas aldeias chefiadas por conselhos de anciãos. O embate europeu seria quase sempre com esses dois tipos de organização política.

No caso das sociedades com poder político mais centralizado, caso dos chamados reinos e impérios, alguns deles dedicavam-se, de longa data, ao comércio com os europeus, ou conheciam elementos das culturas europeias através da atividade missionária. Estes, por diversas vezes, tenderam a estabelecer alianças, que lhes pareciam favoráveis, com os agentes da expansão colonial. Em certos casos, lideranças africanas acreditavam que os europeus seriam bons aliados nos seus embates com rivais também nativos. Contudo, também foram capazes de defrontar as forças militares europeias quando seu poderio político foi questionado e sua posição de comando foi posta em discussão.

Grande parte dos povos africanos, entretanto, vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governavam-se pelos costumes e solucionavam seus conflitos através

dos conselhos de anciãos. Eram as chamadas “sociedades sem estado”, que apresentavam uma menor centralização do poder político. Essas, sobretudo quando não conheciam a dominação externa, tenderam a ser mais resistentes à presença e ao controle territorial europeu.

Por tudo isso, é imprescindível salientar a extrema diversidade de situações existentes na África no momento da expansão colonial. É preciso enfatizar ainda que os africanos encontravam-se tão ou mais divididos que os europeus. Assim sendo, as reações dos africanos aos objetivos e ações europeias também foram muito diferentes.



O povoamento do extremo sul da África

Ainda no que diz respeito à presença de europeus na África, em períodos anteriores à expansão do século XIX, vale mencionar a chegada de calvinistas dos Países Baixos, huguenotes da França e protestantes da Alemanha, em fuga das perseguições religiosas ocorridas na Europa, na região do cabo da Boa Esperança (atual África do Sul), em 1652. Esses grupos passaram a ser chamados de bôeres e desenvolveram uma língua própria, o africâner, muito próxima do holandês. Na primeira metade do século XIX, deram força ao movimento de migração (The Great Trek) para o norte e nordeste do território do que viria a ser a África do Sul. Escapavam ao domínio britânico da colônia do cabo, que se estabelecera em 1806. Criariam naquelas regiões o Estado Livre de Orange e a República do Transvaal. No entanto, com a descoberta de ouro e diamantes nessas áreas, na segunda metade do século XIX, os interesses ingleses

também se fizeram presentes. O conflito entre bôeres e ingleses levaria às chamadas guerras anglo-bôer que marcariam a virada do século, tendo ocorrido entre os anos de 1880 e 1881 e depois entre 1899 e 1902.



Figura 9.1: Grupo de guerrilha bôer.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/69/Afrikaner_Commandos2.JPG.

A segunda metade do século XIX e a mudança de orientação europeia

Se na primeira metade do século XIX houve uma lenta intensificação da penetração europeia, pautada no comércio e na atividade missionária, a partir da segunda metade, em especial do final da década de 1870, houve uma escalada na luta pela posse dos

territórios africanos. Verificou-se um efeito dominó, com as ações de uma potência europeia ameaçando os interesses das demais e obrigando-as a agir. França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Bélgica e Portugal buscaram dinamizar suas economias através da riqueza colonial e, ao mesmo tempo, fortalecer sua própria imagem diante das outras nações.

As potências europeias, em sua estratégia de expansão colonial, combinaram avanço militar e negociações com autoridades africanas, buscando a assinatura de tratados em que chefes nativos cediam terras e homens. Em muitos casos, sem dominarem a escrita e as línguas europeias, lideranças africanas não sabiam o que estavam aceitando ao marcarem com cruces folhas de papel. Além disso, é possível supor que os africanos não atribuíssem a esses documentos, alheios à sua cultura, a força de um compromisso. Muitos tratados seriam apresentados por meia dúzia de militares, exploradores, missionários ou comerciantes europeus que ofereciam em troca desse risco no papel tecidos, armas de fogo e bebidas. Como imaginar as consequências desse ato, quando os embaixadores daquela ação eram tão poucos e frágeis, diante do poderio dos chefes africanos? No entanto, do ponto de vista europeu, os tratados eram instrumentos, acima de tudo, para serem usados pelas nações que concorriam entre si na conquista de espaços coloniais. Embasavam pretensões territoriais e eram acionados em caso de litígio entre as nações europeias.

Quando os europeus buscaram transformar a divisão que tinham desenhado “no papel” em poder efetivo no terreno africano, foram obrigados a enfrentar a resistência e as tentativas de negociação por parte das lideranças africanas. Resistindo ou negociando, os africanos tinham um mesmo objetivo: manter o máximo de autonomia diante da realidade da expansão europeia.

Os povos que tinham mais contato e conheciam o poder bélico dos europeus sabiam que não tinham chances de resistir. Cada povo avaliava as circunstâncias e decidia a melhor atitude a ser tomada. Alguns povos eram vistos, imediatamente, como inimigos pelos europeus, como os muçulmanos pelos franceses, treinados na tradição argelina, já

que a França inicia a colonização do que hoje é a Argélia, ainda na década de 1830. Nesses casos, não havia alternativa de negociação para os africanos, restando-lhes apenas a resistência aberta.

Assim ocorreu com Samory Touré, que através do islã buscou unificar os mandingas, alicerçando um império que se apoiaria na extensão territorial desse povo e nos seus contatos entre a costa ocidental e o sahel, alcançando as atuais Guiné Conakri, Libéria, Mali e Serra Leoa. A oposição aos franceses foi longa. Os primeiros embates entre esses dois beligerantes ocorreram em 1882, em função da disputa por controle de praças comerciais. Em paralelo aos acordos de paz e às batalhas com os franceses, Samory Touré negociou a compra de armas de fogo com os ingleses. Sua aquisição de material bélico na costa ocidental e de cavalos no sahel permitiu manter a luta contra os franceses até 1898, quando foi derrotado e preso, sendo em seguida exilado para o Gabão, onde faleceu dois anos mais tarde.



Figura 9.2: Samory Touré.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/79/Almamy_Samory_Tour%C3%A9.jpg.

Em um mesmo estado ou região, como no caso de Samory Touré, líderes defendiam ora a negociação, ora a resistência. Um mesmo povo podia alternar resistência e negociação diante dos diferentes poderes europeus, em diferentes momentos. Entretanto, segundo alguns autores, havia algumas sociedades particularmente propensas à resistência: comunidades sem grande centralização do poder político, onde a honra militar era vital, vivendo em permanente embate com aldeias vizinhas e que não conheciam domínio externo. Este seria o caso dos baulê, na atual Costa do Marfim, em face dos franceses, e dos dinka, no sul do Sudão, em face dos ingleses.



Atende ao Objetivo 1

1. É possível afirmar que os africanos resistiram, mas, ao mesmo tempo, negociaram com os europeus, durante o processo de expansão colonial?

Resposta Comentada

As próprias potências europeias, em sua estratégia de expansão colonial, combinaram avanço militar e negociações com as autoridades africanas. O objetivo europeu era dominar com baixo custo envolvido. Resistindo ou negociando, os africanos tinham um mesmo objetivo: manter o máximo de autonomia diante da realidade da expansão europeia. Os povos que tinham mais contato e conheciam o poder bélico dos europeus sabiam que não tinham chances de resistir. Cada povo avaliava as circunstâncias e decidia a melhor atitude a ser tomada.

Desenhando o mapa colonial

No que diz respeito às nações europeias, a França tendeu a concentrar seus interesses na África Setentrional, embora tenha garantido alguns territórios na África Ocidental e Equatorial. A Inglaterra, por sua vez, concentrou-se na África Meridional, embora também tenha adquirido territórios coloniais na África Ocidental e Oriental. A Bélgica obteve o Congo Léopoldville, que inicialmente foi um "Estado Livre", porém controlado individualmente pelo monarca belga, rei Leopoldo II. Portugal conseguiu expandir seus antigos domínios litorâneos, nas atuais Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e confirmar sua presença em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A Alemanha manteve até a Primeira Guerra Mundial territórios na África Ocidental e na costa oriental. Os italianos, por fim, ocuparam por um período a Eritreia e buscaram avançar para o sul da Etiópia, sendo repelidos pelo imperador cristão Menelik em 1896, na maior vitória alcançada por africanos contra europeus.



Os Congos

O continente africano possui hoje dois países com o nome Congo. A República Democrática do Congo, aqui chamada Congo Léopoldville (para o período colonial) ou Congo Kinshasa (para o período pós-independência até os dias de hoje, com a exceção entre os anos de 1971 e 1997, quando o país foi chamado de Zaire) e a República do Congo, aqui chamada Congo Brazzaville. As denominações aqui adotadas incluem o nome da capital do país ou da colônia a seguir ao nome e têm sido utilizadas por autores do mundo todo e por diferentes organismos internacionais. O mesmo é válido para o caso da República da Guiné ou Guiné-Conakri, a fim de diferenciá-la da Guiné-Bissau, ainda que nesse último caso o nome oficial do país seja República da Guiné-Bissau.



O Congo do rei Leopoldo II

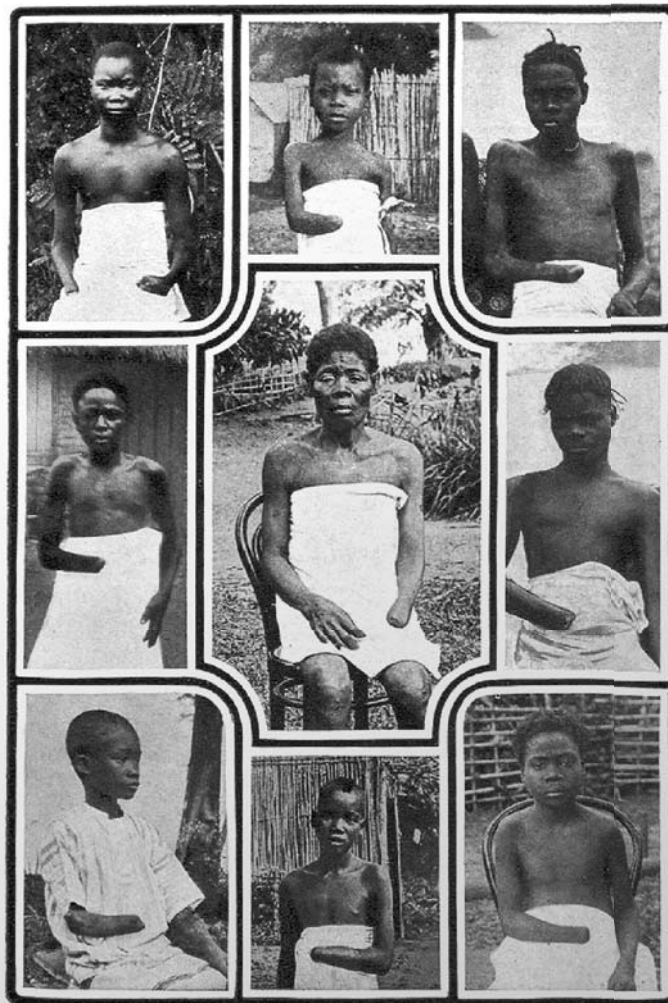
Em finais da década de 1870, têm início as explorações do rio Congo, financiadas a título pessoal pelo rei Leopoldo II, da Bélgica. Tais investidas ficariam a cargo do famoso jornalista e explorador Henry Stanley. Rapidamente, foi iniciada a comercialização do marfim e da borracha, para suprir os custos com a empreitada. Os lucros não chegaram a chamar a atenção das demais nações europeias e o monarca belga conseguiria criar, em 1885, o Estado Livre do Congo, apelando para a possibilidade de

livre comercialização ao longo do principal rio da região. Ele assumiria o controle total desse “novo estado”, sendo reconhecido como seu soberano pelas demais nações europeias. Durante seu governo no Congo Léopoldville (o nome da capital durante todo o período colonial seria em homenagem ao próprio rei Leopoldo II), ocorreram as maiores atrocidades que se tem conhecimento sobre a expansão colonial na África. A coleta de borracha levaria a práticas nefastas, como os sequestros de mulheres e crianças, a fim de que seus maridos e pais trouxessem determinadas quantidades do produto, ou ainda às mutilações como forma de punição aos que se revoltaram e demonstração de terror aos demais. Essas e outras violências seriam registradas por missionários ingleses e seriam denunciadas internacionalmente, a partir de 1905, criando uma campanha internacional de questionamento das ações do rei Leopoldo II. A pressão exercida e a circulação dessas fotos levariam ao fim do Estado Livre do Congo e a anexação da colônia ao Estado belga e não mais à Coroa, em 1908.



Figura 9.3: Leopoldo II.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/39/Leopold_ii_garter_knight.jpg?uselang=pt



FROM PHOTOGRAPHS, CONGO STATE

“The pictures get sneaked around everywhere.”— *Page 40.*

Figura 9.4: Crianças mutiladas no Congo.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/MutilatedChildrenFromCongo.jpg>



A Etiópia de Menelik e a derrota italiana

Após ocuparem a Eritreia, transformando-a oficialmente em uma colônia em 1890, os italianos buscaram avançar para a Etiópia. A guerra começa em 1896, mas as tropas do imperador cristão Menelik II conseguiriam deter a ofensiva italiana. Menelik iniciara seu reinado, buscando alargar os contatos internacionais do reino, modernizar sua administração e expandir seu exército. Cristão ortodoxo, pertencente à Igreja Copta, construiu com habilidade boas relações com uma parcela significativa da população islâmica. Suas tropas contavam com cerca de 70 mil homens. A guerra custou a vida de 8 mil italianos e 4 mil auxiliares. A Itália seria forçada a recuar e assinar um acordo desfavorável e de reconhecimento da soberania da Etiópia, naquela que foi a grande vitória africana, nas guerras contra a ocupação europeia. Em 1906, Menelik fica parcialmente paralítico e morre em 1913. A Etiópia sofreria uma curta ocupação italiana entre 1936 e 1941, durante a regência do imperador Haile Selassie.



Figura 9.5: Menelik II.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2d/Menelik_II.gif



As colônias alemãs

A efetiva ofensiva colonial alemã no continente africano teve início na década de 1880.

Esse “atraso” em relação às demais potências europeias deve ser creditado ao lento processo de unificação alemão. Ainda assim, a Alemanha conseguiu o controle sobre 4 colônias: Camarões, Tanganica (que após a sua independência em 1961 se juntaria à ilha de Zanzibar, formando um novo país, a Tanzânia, em 1964), sudoeste africano (atual Namíbia) e Togo. Sua derrota na primeira guerra mundial levaria ao fim do seu império colonial na África, em 1919. O Togo e o Camarões seriam divididos entre a França e a Inglaterra, o sudoeste africano passaria ao protetorado da África do Sul (independente desde 1910) e Tanganica passaria a ser uma colônia inglesa.

É preciso salientar que o mapa colonial da África, como estamos vendo ao longo desta aula, foi desenhado por europeus e africanos, através de resistências e negociações. Seu traçado final não se configurou completamente durante a Conferência de Berlim, a mais famosa das conferências entre os grandes impérios europeus, reunida para dar conta do formato de aproximação e controle do continente africano, ocorrida entre fins de 1884 e início de 1885, como ainda podemos ver apresentado em algumas publicações. Suas fronteiras foram precedidas por séculos de contatos comerciais e religiosos, e por algumas décadas de acordos entre autoridades africanas e europeias.

No início da Primeira Guerra Mundial, todo o continente africano tinha sido dividido pelas potências europeias, exceto a Libéria e a Etiópia. Na prática, entretanto, vastas regiões tinham

ficado fora do domínio europeu efetivo. Houve regiões em que o poder europeu não chegava, ou onde havia resistências, sobretudo, de pequenos povos, até a década de 1930. O que nos permite afirmar que na África a experiência do domínio colonial foi por vezes muito breve, no tocante ao tempo, mas certamente profunda nas consequências para a história de seus povos.

Entre as várias implicações que o mapa colonial teve para a vida dos africanos, é fundamental destacar o traçado artificial das suas fronteiras. Isso porque, com raras exceções, as fronteiras políticas da África hoje mantêm as divisões estabelecidas no mapa colonial de 1914. Povos foram divididos em duas ou três colônias diferentes, passaram a falar línguas também diferentes e a estarem sujeitos a ordenamentos legais e costumes diferenciados. Por outro lado, povos que até a efetiva colonização viviam distantes uns dos outros e com pouca ou nenhuma interação passaram a ser explorados conjuntamente. Essas novas realidades seriam transpostas para o período pós-independente e, em grande medida, ajudam a entender muitos dos problemas enfrentados pelos africanos ainda hoje.



Ex-escravos formando um país

A Libéria foi o destino de escravos norte-americanos libertos que para lá se dirigiram com a ajuda de uma organização privada de colonização durante as primeiras décadas do século XIX. A região também receberia escravos libertados de navios negreiros apreendidos pela marinha inglesa na costa africana. Em 1847, seria fundada a República da Libéria, inspirada no governo dos Estados Unidos, o que fica evidenciado pelo nome dado a sua capital, Monróvia, em homenagem a James Monroe, o quinto presidente dos Estados Unidos e um defensor da colonização do território (ver também Aula 7).

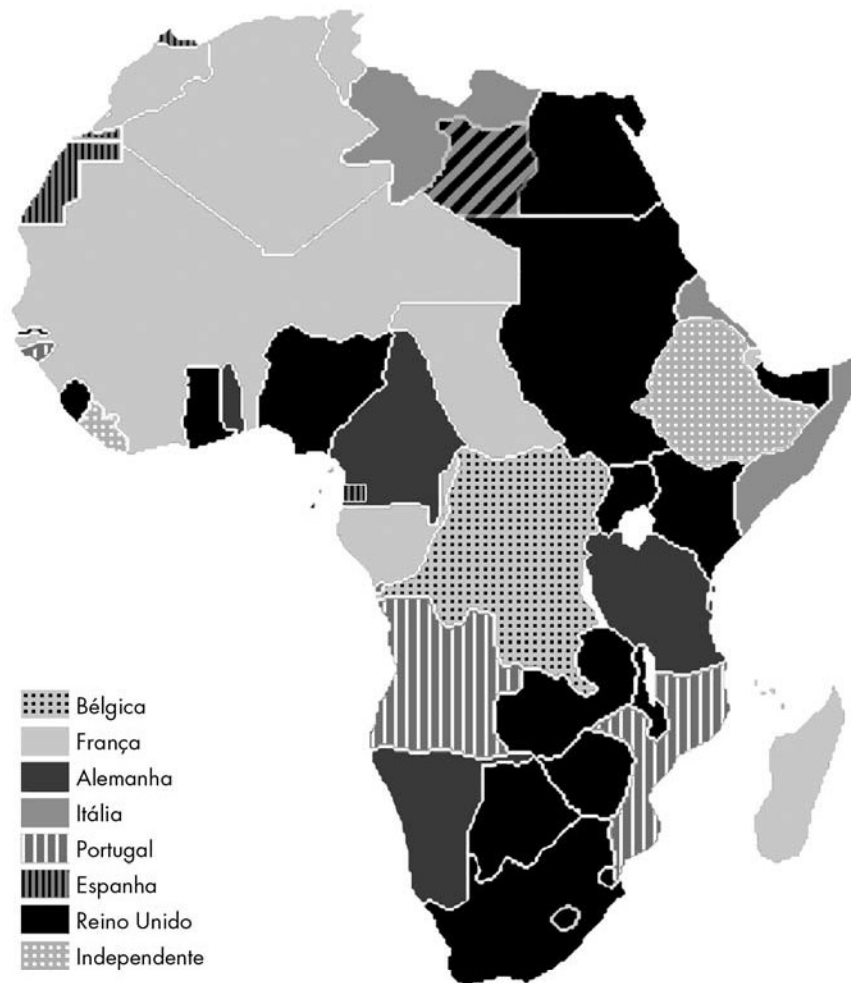


Figura 9.6: Mapa da divisão colonial africana.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Colonial_Africa_1914_map.png

Apesar da expansão colonial, o continente africano não dava sinais de ser fundamental para as economias europeias. O comércio britânico tinha interesse no Egito e na África do Sul, mas tratava com desdém as demais regiões sob seu controle. A chamada “corrida para a África” devia-se em grande parte à expectativa gerada na Europa de que o controle territorial de extensas zonas do globo era fundamental para a afirmação do poderio dos respectivos impérios e, sobretudo, à ideia de que o Estado europeu que ficasse de fora dessa estratégia perderia espaço para seus concorrentes.

Isso ajuda a entender o fato de que, apesar das experiências comerciais prévias terem sido fundamentais para as anexações, os comerciantes europeus tenham se posicionado contrariamente a uma conquista colonial efetiva, à presença administrativa, temendo que ela destruísse o comércio existente com taxas e monopólios, a fim de que se criassem mecanismos para o financiamento dessa exploração/colonização. Grandes bancos e empresas europeias recusaram participar do momento pioneiro da expansão colonial, nessa etapa das incertezas, decidindo investir nas colônias apenas posteriormente e com garantias asseguradas pelos seus respectivos estados. As exceções ficaram por conta das áreas produtoras de ouro, diamante e cobre, que cedo receberam a atenção dos interesses econômicos europeus.

É preciso ter em conta ainda, que a África foi colonizada porque, pela primeira vez, no final do século XIX, os europeus tinham condições tecnológicas de fazê-lo. Havia introduzido a profilaxia do quinino na década de 1850, reduzindo a mortalidade por malária, e inventado as espingardas de carregar pela culatra, na década de 1860, e as metralhadoras de repetição, na década de 1880. Dinamizaram recursos surpreendentemente eficazes para a época, capazes de acelerar as comunicações, o comércio e o deslocamento de tropas, como o barco a vapor, as ferrovias e o telégrafo. Até então, os europeus, com seus mosquetes e cavalos, não gozavam de uma superioridade tecnológica esmagadora diante dos africanos. Basta lembrar que as armas de fogo eram importantes itens importados dos europeus pelos grandes reinos africanos no século XIX.

Por fim, é preciso enfatizar que os estadistas europeus nem sempre controlaram a expansão colonial, guardando certa dependência das ações de representantes locais, das demandas missionárias e, sobretudo, dos africanos. Frequentemente, potências coloniais foram obrigadas a empreender mudanças em sua política colonial em função da pressão dos colonizados, como ocorreu nos

casos de revoltas ao recrutamento de mão de obra ou ao plantio obrigatório de determinados produtos. A grande demanda europeia estava concentrada na exploração do trabalho dos africanos e este seria o principal terreno de luta do período colonial.



○ racismo

Alguns temas e conceitos devem ser necessariamente considerados na abordagem da expansão colonial no continente africano. Esse é o caso do racismo. O racismo está estreitamente relacionado à necessidade de uma justificativa ideológica para legitimar a dominação colonial. Isso porque, como afirmam alguns autores, não há colonialismo sem racismo, embora a recíproca não seja verdadeira.

O surgimento do racismo estaria vinculado ao estreitamento das relações entre a Europa e o continente africano, após as grandes navegações. O tráfico atlântico de escravos seria sua primeira engrenagem. Até então, a escravidão baseava-se em outras justificativas, como a religião (fiéis x pagãos), a pertença (estrangeiros) e a guerra. A segunda grande engrenagem do racismo seria a situação colonial, na qual diferenças reais ou imaginárias entre colonizados e colonizadores seriam postas em evidência, colocadas a serviço dos colonizadores e, finalmente, naturalizadas. A presença do racismo seria uma constante na situação colonial, manifestada até mesmo nos mais simples gestos e palavras do colonizador.



A antropologia colonial

Outro item a ser levado em consideração no estudo da expansão colonial europeia é a sua estreita relação com o avanço da Antropologia. O colonialismo teria contribuído para a delimitação do seu objeto, até então indefinido entre os terrenos da História e da Filosofia. A escola evolucionista teria determinado os diferentes estágios de evolução social, posicionando os africanos na parte mais inferior desse pensamento hierarquizante, o que proporcionou argumentos para o avanço da expansão colonial na África. A partir de 1930, a escola funcionalista buscava compreender a dinâmica das sociedades e culturas africanas, contribuindo assim para sua dominação. Entretanto, no pós-Segunda Guerra, iniciou-se, entre os antropólogos, o debate e a crítica ao papel da Antropologia como fornecedora de um “plano de intervenção” para os militares e administradores europeus na África. Tal consciência contribuiria, decisivamente, para a superação de uma prática antropológica que fornecia argumentos e informações para o colonialismo.

Debates historiográficos: o sentido da expansão e a polarização entre resistência e negociação

O sentido da expansão europeia

A história do final do século XIX e do início do século XX, produzida por administradores coloniais e outros exploradores, confundia-se com a justificativa europeia para a expansão, difundindo a ideia de que o empreendimento colonial na África era benéfico para os africanos, por levar a pacificação, a civilização, a catequese e a possibilidade de ingresso do continente no mercado internacional. Tal perspectiva implicava a ausência de interesse dos seus formuladores pelo período anterior à expansão europeia do século XIX e, sobretudo, em relação ao contato com árabes e, evidentemente, europeus. Vale lembrar que, na base desses trabalhos, encontrava-se uma ideia de história ligada aos grandes acontecimentos políticos, militares e diplomáticos, levados adiante apenas por grandes personagens. Dentre os autores importantes desta produção, podem ser mencionados Norton de Matos e Antônio Enes para colônias portuguesas e Frederick Luggard para colônias britânicas.

Posteriormente, no entre guerras e no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, marcado pela eclosão dos nacionalismos africanos, surgiu uma análise do colonialismo na África, muito influenciada por uma leitura marxista da história, criticando as justificativas metropolitanas e denunciando os interesses econômicos das metrópoles europeias. A expansão colonial na África era apresentada, nesta perspectiva, como consequência da expansão do capitalismo europeu, fruto da revolução industrial, e portanto da busca por novos mercados produtores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados. São os casos de Arghiri Emmanuel, Tom Kemp e Pierre Villar, historiadores da Europa que se

referem à África para confirmar suas teses sobre o imperialismo. Tal postulado também tinha como característica o esquecimento da ação dos africanos, expresso exemplarmente na ideia de uma imediata partilha da África pelos europeus na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885.

A partir dos anos 1970, a crítica à vertente marxista encontrou expressão em estudos que buscavam rediscutir as causas da partilha. Brunschwig, por exemplo, destacaria que a aceleração da disputa europeia por territórios africanos teria diferentes motivações, desde a busca de recuperação de autoimagem perante a opinião pública, marcante entre os militares franceses, após a derrota na guerra franco-prussiana, até o efeito dominó dos interesses de uma potência, ameaçando o poderio da outra e gerando reações em cadeia. Ainda para Brunschwig, a Conferência de Berlim não pretendia uma divisão imediata do território africano, tendo sido convocada para discutir a livre navegação no rio Congo e o livre comércio no continente. Chama atenção para o fato de que os negociadores foram os próprios embaixadores na Alemanha, o que demonstra que a reunião não teve, na época, a importância que lhe foi atribuída posteriormente.

Mackenzie, por sua vez, intensificou a busca por novas fontes para o estudo da “partilha da África”. Para ele, o combate ao tráfico de escravos no início do século XIX, anunciando o fim da exportação de mão de obra e o desenvolvimento do comércio lícito, era um sinal de que a relação entre os dois continentes iria mudar. Seu estudo realça o mapeamento do continente, realizado por exploradores, missionários, geógrafos, naturalistas, jornalistas e propagandistas, transformados em homens de sucesso enquanto exaltavam, em livros, as riquezas africanas. Com isso, Mackenzie pretende demonstrar o clima de euforia, surgido na Europa, em fins do século XIX, espalhando a ideia de que a nação que não entrasse na corrida para a África perderia os rumos da história. Para ele, a partilha da África foi, acima de tudo, uma combinação de esperanças exageradas com preocupações excessivas. Esperanças

de obtenção de grandes riquezas, que em geral não se concretizaram no imediato, e preocupações excessivas com a concorrência e as possibilidades de expansão das demais nações européias.

Apesar de críticos à leitura economicista dos marxistas, Brunshwig e Mackenzie mantiveram a perspectiva de uma história dos europeus na África. A expansão colonial na África era secundária e subordinada às rivalidades europeias. A mudança de perspectiva teria lugar com os trabalhos que buscaram responder à seguinte questão: por que motivo, após séculos de contatos comerciais, as potências europeias teriam optado, em fins do século XIX, pela dominação colonial formal? Os trabalhos de Basil Davidson, John Iliffe e Terence Ranger tentaram dar conta da resposta e conseguiram trazer novas leituras para o fenômeno em discussão.

Geralmente se respondia a essas questões, apelando para o período anterior, entre os séculos XV e XVIII, e ressaltando o clima, as doenças e o fato de os rios não serem navegáveis, como responsáveis pela aventura apenas costeira dos europeus. Mas problemas logísticos também foram encontrados em outros continentes. O que essa reviravolta historiográfica pretendeu demonstrar é que a expansão europeia na África ocorreu em fins do século XIX porque, pela primeira vez, os estadistas e soldados europeus tinham condições tecnológicas de fazê-lo. Haviam inventado, como vimos, a profilaxia do quinino, reduzindo a mortalidade por malária, criado armamentos cada vez mais sofisticados, culminando com a metralhadora, e dinamizado recursos capazes de acelerar as comunicações, o comércio e o deslocamento de tropas, como o barco a vapor, as ferrovias e o telégrafo. Tais recursos deveriam ser analisados, tendo em consideração ainda os embates entre os africanos e as potencialidades de alguns produtos que poderiam ser produzidos no continente.

Resposta Comentada

A utilização da expressão “expansão”, no lugar da forma ainda recorrentemente empregada por muitos autores de “partilha europeia da África”, para dar conta do processo de avanço colonial europeu sobre o continente africano, indica, à partida, um outro olhar sobre esse fenômeno. “Partilha” sugere que os europeus decidiram tudo sozinhos e num determinado momento. Num sentido bem diferente, o termo “expansão” objetiva enfatizar a ideia de um processo que não teve apenas os europeus como protagonistas, mas contou também com a participação decisiva, de diversas formas, dos africanos. Procura reforçar ainda que o referido processo não aconteceu num ato, mas sim que se estendeu das últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século seguinte, com muitas idas e vindas.

No caso das sociedades com poder político mais centralizado, caso dos chamados reinos e impérios, alguns deles dedicavam-se, de longa data, ao comércio com os europeus, ou conheciam elementos das culturas europeias através da atividade missionária. Estes, por diversas vezes, tenderam a estabelecer alianças, que lhes pareciam favoráveis, com os agentes da expansão colonial. Em certos casos, lideranças africanas acreditavam que os europeus seriam bons aliados nos seus embates com rivais também nativos. Contudo, também foram capazes de defrontar as forças militares europeias, quando seu poderio político foi questionado e sua posição de comando foi posta em discussão.

Grande parte dos povos africanos, entretanto, vivia em aldeias de pequeno ou médio porte – que podiam ou não ser interligadas a outras aldeias por redes de comércio, clãs ou linhagens –, governavam-se pelos costumes e solucionavam seus conflitos, através dos conselhos de anciãos. Eram as chamadas “sociedades sem estado”, que apresentavam uma menor centralização do poder político. Essas, sobretudo quando não conheciam a dominação externa, tenderam a ser mais resistentes à presença e ao controle territorial europeu.

Por tudo isso, é imprescindível salientar a extrema diversidade de situações existentes na África, no momento da expansão colonial. É preciso enfatizar ainda que os africanos encontravam-se tão ou mais divididos que os europeus. Assim sendo, as reações dos africanos aos objetivos e ações europeias também foram muito diferentes.

Os africanos diante da expansão: resistência x negociação

Outra discussão que mobilizou os estudiosos da história da África, no tocante ao momento de intensificação da exploração colonial, diz respeito ao papel desempenhado pelos próprios africanos nesse processo. Nas décadas de 1950 e 1960, sob inegável influência das lutas pela independência, muitos historiadores buscaram dividir os africanos, de acordo com suas estratégias diante da expansão europeia, entre heróis e traidores. Dentre os heróis, contavam todos aqueles líderes que enfrentaram frontalmente os europeus com armas em punho. Dentre os traidores, estavam todos aqueles que negociaram com os recém-chegados, tentando conquistar os benefícios possíveis nos limites da presença colonial. Tratava-se, além disso, de uma história pautada nas ações dos grandes líderes, que ignorava os homens comuns.

É importante salientar que a ideia da existência de “povos traidores”, cooptados pelo colonialismo, acabou tendo reflexos políticos no pós-independência. Um contundente exemplo é a caracterização negativa dos tutsis pelos hutus em Ruanda, que acabou contribuindo para o genocídio de 1994.

Esta geração de historiadores, da qual fazem parte Terence Ranger, George Shepperson e Basil Davidson, afirmava, frequentemente, que era mais fácil encontrar heróis nas sociedades com Estado. Para eles, haveria menos possibilidade de resistência nas sociedades sem estado centralizado.

Naquele mesmo contexto, fortemente marcado pelas lutas de libertação, ganhou corpo uma historiografia que tendia a desvalorizar as resistências pulverizadas de maior ou menor envergadura, empreendidas pelos africanos em seu contato direto com os colonos, mas que não assumia o caráter nacionalista e independentista presente, a partir de finais dos anos 1950. Construiu-se, assim, uma caracterização negativa dos enfrentamentos locais e muitas

vezes marcados pela etnicidade e pela religiosidade, apresentados como conservadores, tribais e obscurantistas, em contraposição à modernidade dos partidos políticos e dos movimentos de libertação. Como ocorre algumas vezes, historiadores assumiram perspectivas ideológicas, confundindo-as com inquestionáveis verdades históricas.

A partir da segunda metade dos anos 1970, uma nova geração de historiadores ampliou consideravelmente a ideia de resistência, antes limitada à reação armada, passando a incorporar a ideia de negociação. Esta nova perspectiva inclui o questionamento, oriundo dos antropólogos, da ideia de que os povos sem Estado teriam resistido menos. O historiador John Iliffe, por exemplo, afirma que as sociedades sem estado, fortemente militarizadas e mais propensas à rejeição de um governo central, foram as que mais resistiram à presença colonial europeia.

Nesse grupo, incluem-se os historiadores que participaram da elaboração da História Geral da África da Unesco, como é o caso de Henry Mwanzi e Allen Isaacman, bem como o próprio Terence Ranger, que faz um *mea culpa* em seu texto, revendo sua posição anterior, ainda marcada pela diferença de atitudes entre sociedades sem Estado e sociedades com centralização do poder. Ainda assim, a coleção também abre espaço para autores como o nigeriano Godfrey Uzoigwe, que mantém uma leitura esquemática sobre esses temas.

Ainda mais recentemente, nos anos 1980 e 1990, a ampliação da ideia de resistência foi acrescida da defesa da história do homem comum africano. Um exemplo desta perspectiva é o historiador sul-africano Leroy Vail, que pesquisou as canções dos trabalhadores do Vale do Zambeze do início do século XX, descobrindo que as letras indicavam graus de negociação e resistência, que configuravam o cotidiano do colonialismo. Vail critica a releitura da resistência, ocorrida nos anos 1970, afirmando que ela contribuiu para acabar com a oposição entre heróis e traidores, mas permaneceu concentrada na história dos grandes líderes africanos.

.....

A partir desses dois grandes temas de debate, é possível perceber o amplo leque de possibilidades de pesquisa que o continente africano guarda. Podemos verificar também a componente ideológica em muitas dessas disputas historiográficas, o que se por um lado complexifica a análise, por outro sugere a importância que a história desses povos tem para suas respectivas sociedades.

CONCLUSÃO

Os temas trabalhados no decorrer da aula indicam-nos as inúmeras transformações por que tem passado o estudo da expansão colonial na África. Os africanos resistiram, mas também negociaram, assim como os impérios europeus na tentativa de ampliar e consolidar os seus domínios. O que mais se destaca é sem dúvida a inserção arrebatadora dos africanos na sua própria história, afastando uma leitura que privilegiava tão somente a história dos europeus na África.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Apresente em linhas gerais as transformações ocorridas na historiografia, no tocante à forma de analisar a participação dos africanos no processo de expansão colonial.

Resposta Comentada

Uma discussão que mobilizou os estudiosos da História da África, no tocante ao momento de intensificação da exploração colonial, diz respeito ao papel desempenhado pelos próprios africanos nesse processo. Nas décadas de 1950 e 1960, sob inegável influência das lutas pela independência, muitos historiadores buscaram dividir os africanos, de acordo com suas estratégias diante da expansão europeia, entre heróis e traidores. Dentre os heróis, contavam todos aqueles líderes que enfrentaram frontalmente os europeus com armas em punho. Dentre os traidores, estavam todos aqueles que negociaram com os recém-chegados, tentando conquistar os benefícios possíveis, nos limites da presença colonial. Tratava-se, além disso, de uma história pautada nas ações dos grandes líderes, que ignorava os homens comuns.

Esta geração de historiadores, da qual fazem parte Terence Ranger, George Shepperson e Basil Davidson, afirmava, frequentemente, que era mais fácil encontrar heróis nas sociedades com Estado. Para eles, haveria menos possibilidade de resistência nas sociedades linhageiras. A partir da segunda metade dos anos 1970, uma nova geração de historiadores ampliou consideravelmente a ideia de resistência, antes limitada à reação armada, passando a incorporar a ideia de negociação. Esta nova perspectiva inclui o questionamento, oriundo dos antropólogos, da ideia de que os povos sem Estado teriam resistido menos. O historiador John Iliffe, por exemplo, afirma que as sociedades sem Estado, fortemente militarizadas e mais propensas à rejeição de um governo central, foram as que mais resistiram à presença colonial europeia.

Ainda mais recentemente, nos anos 1980 e 1990, a ampliação da ideia de resistência foi acrescida da defesa da história do homem comum africano. Um exemplo desta perspectiva é o historiador sul-africano Leroy Vail, que pesquisou as canções dos trabalhadores do Vale do Zambeze do início do século XX, descobrindo que as letras indicavam graus de

negociação e resistência, que configuravam o cotidiano do colonialismo. Vail critica a releitura da resistência, ocorrida nos anos 1970, afirmando que ela contribuiu para acabar com a oposição entre heróis e traidores, mas permaneceu concentrada na história dos grandes líderes africanos.

RESUMO

A expansão colonial europeia foi um processo que se estendeu das últimas três décadas do século XIX até a segunda década do século seguinte e que não teve apenas os europeus como protagonistas, mas contou também com a participação decisiva, de diversas formas, dos africanos. Resistindo ou negociando, os africanos tinham um mesmo objetivo: manter o máximo de autonomia diante da realidade da expansão europeia. Dessa forma, os estadistas europeus nem sempre controlaram a expansão colonial, guardando certa dependência das ações de representantes locais, das demandas missionárias e, sobretudo, dos africanos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, abordaremos os diferentes colonialismos que tiveram lugar na África e as estratégias de convívio e superação, adotadas pelos africanos.